

As Zonas Costeiras Portuguesas e a Actividade Humana*

Maria José Costa

Instituto de Oceanografia, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

* Comunicação apresentada ao Seminário Internacional "O Desafio das Águas: Segurança Internacional e Desenvolvimento Duradouro", organizado pelo Instituto da Defesa Nacional, em Lisboa, em 30 e 31 de Março de 1998.

As zonas costeiras onde a terra e o mar se encontram, são das mais sensíveis do planeta, com uma grande diversidade de habitats e de organismos marinhos. Embora a produção global marinha não seja muito elevada os recifes de coral e os estuários são das zonas mais produtivas do globo com valores que chegam a atingir 20 g C/m²/dia.

São também as mais sujeitas do mundo à actividade humana. No ano 2010 prevê-se que a população costeira dos EUA seja superior a 127 milhões enquanto em Portugal 76% da população portuguesa vive já junto à costa.

PRINCIPAIS ECOSISTEMAS COSTEIROS PORTUGUESES

Praias Rochosas

Possuem uma enorme diversidade devido à existência de inúmeros nichos ecológicos e possuem um zonação característica dependente dos factores físicos e da possibilidade dos organismos se relacionarem com a exposição ao ar e às variações de temperatura e salinidade. Consoante as zonas assim existe uma zonação com diferentes tipos de animais que podem estender-se das esponjas e algas até aos peixes.

Praias Arenosas

São constituídas em Portugal predominantemente por quartzo, existindo ainda praias com extensões de alguns quilómetros e algumas ainda bastante preservadas como as do Sudoeste Alentejano. A fauna e a flora apresentam menor biodiversidade de que as das praias rochosas mas todos conhecem as conquilhas e as pulgas do mar características destas praias.

Estuários

São corpos de água semi-fechados situados na foz dos rios com ligação ao mar e onde a água doce se dilui de um modo mensurável com a água do mar. São zonas de enorme importância como viveiro, isto é zonas de crescimento e alimentação para inúmeras espécies de peixes, crustáceos

e moluscos de interesse comercial e funcionam também como zona sobretudo de invernada para aves limícolas. Estão por outro lado sujeitos a intensa pesca artesanal. Possuímos em Portugal grandes estuários como o Tejo, o Sado e a Ria de Aveiro.

Sistemas Lagunares

São áreas de água salobra ou salgada de baixas profundidades, separadas do mar adjacente por uma língua de areia. Têm tendência a fechar pelo que o controlo da abertura ao mar se reveste da maior importância para a manutenção destes sistemas.

Em Portugal as lagoas mais importantes as de Albufeira e de Óbidos. Têm um funcionamento bastante idêntico ao dos estuários e suportam também de um modo geral comunidades piscatórias importantes.

Sapais

São zonas húmidas existentes nas costas temperadas e são caracterizadas pelo facto da vegetação suportar solos saturados de sal.

Possuem uma estrutura complexa de plantas, animais e bactérias e são atravessados por esteiros que efectuem trocas entre a terra e os estuários ou sistemas lagunares que por sua vez a efectuem com o mar adjacente. Junto a estes encontram-se muito frequentemente bancos de vasa com comunidades de microfítobentos e com populações sobretudo de poliquetas e de bivalves.

Estas zonas são muito importantes para alimento de aves e de caranguejos e camarões.

Bancos de Zoosteráceas

Nas zonas de estuários e lagoas existem pradarias de fanerogâmicas plantas superiores que dão flor. Estas zonas possuem alta produtividade e grande biodiversidade servindo também para viveiro para muitas espécies de peixes e crustáceos com interesse comercial.

Dunas

São elevações formadas pela acumulação de areias marinhas transportadas pelos ventos, podendo atingir grandes dimensões como as que ainda existem na Costa da Caparica. As dunas constituem um sistema de alto valor ecológico com fauna e flora próprios. Muitas aves usam-nas para fazer ninhos ou como áreas de repouso e alimentação. São zonas a preservar ou a recuperar pelo seu valor como habitat e também pela protecção que oferecem ao criarem um barreira à ondas protegendo a praia.

PRINCIPAIS AMEAÇAS AOS SISTEMAS COSTEIROS

As principais ameaças às zonas costeiras passam sobretudo pela sua destruição e recessão. Mas passam também pela poluição sobretudo nas zonas estuarinas e lagunares com destruição dos juvenis de espécies de interesse comercial. Algumas das maiores ameaças ao uso sustentável da biodiversidade costeira são a sobreexploração dos recursos marinhos vivos, a degradação dos habitats costeiros, a poluição e a introdução antropogénica de espécies como aconteceu recentemente no Tejo com o aparecimento do caranguejo-chinês.

A erosão costeira e a perda das praias são dos problemas mais preocupantes a nível mundial. Muito grave é também a destruição das zonas húmidas. Tudo isto passa por uma diminuição de biodiversidade que é enorme nas zonas costeiras como se pode verificar pela diversidade dos habitats referenciados anteriormente.

Mecanismos de Protecção das Zonas Costeiras

Vários mecanismos podem ser implementados para proteger a costa, alguns dos quais já estão em curso:

1) Planos de Ordenamento da Orla Costeira

Os planos de ordenamento da orla costeira (POOC) são instrumentos especiais de planeamento que têm como objectivo ordenar a faixa costeira entre a batimétrica dos 30 m e uma linha marcada a 500 m da praia mar. São nove os planos existentes dos quais os de Caminha-

-Espinho, Cascais-São Julião da Barra, Tróia-Sines, Sines-Burgau e Burgau-Vilamoura já terminaram a consulta pública.

Os restantes estão em fase de acabamento. Estes planos são de enorme importância mas certos problemas se apresentam, como:

- Verbas para elaborar os POOC foram disponibilizadas (400 mil contos) mas haverá disponibilidade de verbas para os implementar?
- POOC elaborados por equipas diferentes com pesos diferentes em diferentes áreas.
- Necessidade de uniformizar.
- Necessidade de uma maior inter e intradisciplinaridade.
- A área de intervenção dos biólogos encontra-se reduzida a praticamente zero em certos POOC.
- Partiu-se do pressuposto que os estudos de base mais profundos já estão efectuados o que nem sempre corresponde à realidade porque existem zonas em que os estudos estão reduzidos a zero.
- Tempo demasiado reduzido face à existência de estudos de base e perante a dificuldade em obter, por vezes, os trabalhos existentes.

Quanto a nós isto poderá resolver-se criando:

- Um gabinete de gestão de conflitos em que se tentaria resolver controvérsias como por exemplo as existentes no POOC Caminha-Esposende entre os técnicos e a Câmara;
- Criando um comissão de acompanhamento nas diferentes áreas.

2) Planos de Bacia Hidrográfica

Estão a ser implementados os planos, embora o tempo disponível seja muito reduzido e exista tal qual como nos POOC uma gritante falta de dados de base.

3) Criação de Reservas Marinhas e Costeiras

As reservas marinhas são mecanismos importantes ao promoverem o uso sustentável e a conservação da biodiversidade marinha e costeira. As reservas marinhas bem planeadas passam também por um múltiplo uso como a gestão das pescas com um papel importante na educação ambiental e com planos de gestão desempenhando assim um duplo papel ecológico e sócio-económico.

Podem proteger a biodiversidade marinha ao proteger as espécies ameaçadas, habitats críticos, ou zonas de crescimento de juvenis.

Pode assim conservar-se a integridade dos ecossistemas não apenas a nível individual de espécies tendo sempre em mente que o Homem faz parte integrante deste.

Com a restrição dos habitats críticos podem ajudar a manter as pescas a um nível sustentável ao exportarem larvas e biomassa para as áreas adjacentes. As reservas marinhas no fundo podem funcionar para as pescas como refúgios que existiram outrora mas se tornaram acessíveis com as novas técnicas de pesca.

Parece-nos no entanto muito importante que o público esteja envolvido e que veja os benefícios que advêm da criação destas reservas.

4) Fiscalização das Pescas e Ambiental

A legislação das pescas e ambiental parece-nos em Portugal bastante aceitável. É no entanto a fiscalização das pescas que falha sobretudo nas zonas de crescimento de juvenis como estuários, lagoas e zonas costeiras adjacentes. Assiste-se assim a uma pesca indiscriminada de juvenis que não irão obviamente enriquecer os mananciais costeiros sendo o caso mais paradigmático a captura de angulas ou meixão que atingem valores astronómicos para exportação.

5) Necessidade de Existência de Caudais Mínimos

A ideia errada que a água doce se perde no mar tem de ser posta de parte. Casos clássicos como o da barragem do Assuão no Egipto mostram claramente a delapidação de pescaria de sardinha devido à diminuição dos caudais do Nilo. É cada vez mais importante a existência de caudais ecológicos ou pelo menos dos caudais mínimos à pesca. Este problema tem também a ver com a nossa negociação no âmbito do plano Hidrológico Espanhol.

6) Gestão Integrada dos Estuários

Possuindo os estuários uma enorme quantidade de entidades que os gerem é de toda a importância que se possua uma estratégia de gestão estuarina à semelhança do que se passa noutros países. Esta envolveria um gabinete independente apoiado num painel de especialistas nos diferentes domínios de utilização do estuário (pescas, qualidade da água, comunidades biológicas, turismo, indústria, portos e dragagens, navegação, etc.) e no qual as autarquias desempenhariam um papel importante. Estes preparariam relatórios temáticos que

identificariam potenciais conflitos entre as diferentes utilizações e utilizadores. As estratégias finais seriam produzidas num plano de gestão do estuário que seria posteriormente implementado, com o apoio dessas mesmas autarquias. E que contribuição poderia a ciência dar para a gestão do estuário?

Ao dar a informação de que os legisladores necessitam, efectuando estudos que possam responder a determinadas directivas da UE, como por exemplo à directiva Habitats, definindo a real importância dos habitats a serem protegidos, ao sabermos porque é que mudaram e se podemos definir limites superiores e inferiores de mudanças aceitáveis. Ou para sabermos se uma espécie se encontra realmente ameaçada (e como podemos fazer a sua gestão com dados antigos e incompletos?). Ou para se responder à Directiva de Avaliação de Impacto Ambiental com avaliações estruturadas em vez de análises superficiais. Assim só num clima de diálogo entre os vários utilizadores dos estuários e zonas costeiras existindo uma boa dose de dados científicos e convencendo sobretudo os políticos e os gestores que estas são zonas a preservar pelo seu interesse não só ecológico como económico se pode pensar em gerir estas áreas.

7) Gestão Demográfica

Esta gestão passa pela criação de condições nas regiões do interior do país onde se assiste a uma desertificação com a fuga das populações para as zonas costeiras onde têm esperança de possuir uma melhor qualidade de vida.